



Simulado Especial

CNJ

Cargo: Analista Judiciário
Área Judiciária
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial CNJ (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do CNJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/DaSktiMVz5viK22n8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

TEXTO 1**PETRÓLEO**

Eduardo Frieiro

Os fatos desta vez deram razão a Monteiro Lobato. Existe o petróleo. Resta saber, e o grande escritor morreu antes que pudesse observá-lo, resta saber se o cobiçado líquido brindará os brasileiros com uma vida decente, ou fará do país outra Venezuela, onde, há um quarto de século, se põe fora sem proveito para o povo, a maior fatura petrolífera da América Latina. (1948)

TEXTO 2**PETRÓLEO**

Monteiro Lobato

Esse produto é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna; é a eficiência do poder militar; é a soberania; é a dominação. Tê-lo é ter o sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo é ser escravo.

- 01.** A tese central do texto 1 é “resta saber se o cobiçado líquido brindará os brasileiros com uma vida decente”.
- 02.** “Tê-lo é ter o sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo é ser escravo.” (texto 2); essa afirmação é repetida no texto 1.
- 03.** A frase a seguir apresenta erro gramatical: Às vezes, verificam-se fatos históricos que os historiadores não conseguem determinar suas causas.

- 04.** O trecho: “... e o jogo dos rapazes elegantes transformara-se então em um grande fenômeno de massas” pode ser reescrito, mantendo os sentidos e a correção gramatical, da seguinte forma “...e o jogo dos rapazes elegantes se transformara, então, em um grande fenômeno de massas”.
- 05.** O trecho “Os leigos sempre se medicaram por conta própria” pode ser reescrito, mantendo o sentido e a correção gramatical, da seguinte forma: “Os leigos, por conta própria, sempre se medicaram”.
- 06.** A frase a seguir apresenta o uso da vírgula que não é gramaticalmente obrigatório.
“Eu tinha de ir à alfândega e, portanto, passar pela Praça Mauá.”
- 07.** A frase a seguir apresenta incoerência ou erro gramatical: “Aconselhei-o a subir com mais cuidado nos elevadores”.
- 08.** “Como é do conhecimento geral, as culturas africanas foram transportadas para o Brasil pelos escravizados negros que os colonizadores portugueses trouxeram desde sua chegada, como parte de seus bens.” O pronome **seus** possui como referente o vocábulo “portugueses”.
- 09.** A proposta de reescrita a seguir substituiu a vírgula por outro sinal de pontuação e não manteve os sentidos ou a correção gramatical.
“(...) seria mesmo mais adequado dizer que são combates que continuam até hoje, em que não se distingue a história da historiografia.” / (...) seria mesmo mais adequado dizer que são combates que continuam até hoje; em que não se distingue a história da historiografia.

10. A frase a seguir apresenta erro gramatical: “A obstinação à qual sacrificou a juventude não o persegue mais”.
11. O emprego de acento agudo nas palavras “raízes”, “extraídos” e “período” justifica-se pela mesma regra de acentuação gráfica.
12. O efeito viral da internet, especialmente das mídias digitais, encarrega-se de dar vazão ao preceito da propaganda nazista, **de que** uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade. A expressão que torna correto o segmento destacado é **segundo o qual**.
13. A forma verbal “seria” na frase a seguir exprime uma ideia de hipótese dependente de uma condição: Sem respiradores nos leitos de UTI, seria impossível salvar vidas na pandemia.
14. O trecho “devido à sua rigidez religiosa, intolerância e grande dificuldade em entender as diversidades” pode ser reescrito, mantendo o sentido da informação originalmente apresentada e preservando a correção gramatical da oração, da seguinte forma: *“devido à sua rigidez religiosa, à intolerância e à grande dificuldade em entender as diversidades”*.
15. O termo “A importância atribuída aos comentários” funciona como sujeito da forma verbal “decorre” no trecho:
A importância atribuída aos comentários, no caso das redes sociais das empresas, decorre do fato de que essas mensagens influenciam a opinião dos demais clientes.
16. A frase a seguir apresenta o correto emprego de regência do verbo assistir: “Assisti o jogo inteiro até tarde”
17. Sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical, o trecho “é necessário que haja a apuração dos fatos” poderia ser reescrito da seguinte forma: **é necessário que hajam fatos apurados**.
18. Sem prejuízo do sentido e da correção gramatical, o adjetivo “respeitadas” encontra-se no plural porque concorda com os termos “multiculturas”, “identidades” e “diversidades” no trecho:
As escolas precisam considerar os contextos globais e locais para formar cidadãos comprometidos com seu papel transformador na sociedade, respeitadas as multiculturas, as identidades e as diversidades constitutivas do mundo contemporâneo.
19. Na frase a seguir: “A política de cotas para mulheres não tem sido rigorosamente aplicada nas eleições”, seria correto o emprego da forma **quotas** em lugar de “cotas”, uma vez que as duas são consideradas pertencentes ao vocabulário da língua portuguesa.
20. Mantendo-se os sentidos e a correção gramatical, o vocábulo “onde”, no trecho “o apartamento onde vivemos juntas” poderia ser substituído por “em que”.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

Um monumento foi construído com blocos de pedras em cada um de seus patamares. De cima para baixo, no primeiro patamar há um bloco, no segundo quatro blocos, no terceiro sete blocos e, assim sucessivamente, cada patamar com três blocos a mais que o anterior.

Julgue o item seguinte:

21. Se no último patamar há 85 blocos, o número total de blocos de pedra neste monumento é superior a 1200

De uma pequeníssima amostra de 120 alunos do Estratégia Concursos, verificou-se que 60 farão prova para PF, 40, para PRF e 40, para outros concursos. Verificou-se, também, que alguns farão concurso para PF e para a PRF. Acerca dessa situação, julgue os itens seguintes.

22. Selecionando-se ao acaso dois alunos do curso, a probabilidade de que ambos façam prova para a PF e para a PRF será inferior a 2 %.

23. A quantidade de maneiras distintas de se selecionarem três alunos que não farão prova nem para a PRF e nem para a PF é inferior a 10.000.

Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

1) Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira

2) Se César é matemático, então Junior não é pintor

3) Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira

24. Se as proposições compostas 1), 2) e 3) possuem, respectivamente, valorações F, F e V, pode-se concluir que a proposição “César é matemático e Ana não é motoqueira” possui valoração V

25. O número de linhas de tabela verdade formada pelas proposições compostas 1), 2) e 3) é inferior a 15

Numa pesquisa realizada com 100 pessoas sobre a forma de se locomoverem para o trabalho, constatou-se que:

- 45 usam ônibus;
- 51 usam automóvel;
- 32 usam moto;
- 18 usam ônibus e automóvel;
- 22 usam ônibus e moto;
- 15 usam automóvel e moto;
- 6 usam os três meios de transporte.

Julgue os itens seguintes:

26. Analisando os dados apresentados, conclui-se que o número de pessoas que NÃO utiliza nenhum dos três meios de transporte mencionados é inferior a 20

27. Escolhendo-se ao acaso uma pessoa que usa ônibus, a probabilidade de ela usar os três meios de transporte é superior a 13%

O número de equipamentos vendidos por uma empresa vem aumentando a uma taxa de crescimento constante nos últimos anos, conforme mostra a Tabela a seguir.

Ano	Número de equipamentos vendidos por ano
2014	10.000
2015	12.000
2016	14.400
2017	17.280

A empresa precisa programar-se para que sua produção possa atender às demandas futuras, caso essa tendência se mantenha.

Julgue o item seguinte

28. Assim, considerando-se 2,5 como aproximação para $1,2^5$, e mantida a taxa de crescimento observada, o número mais próximo para a previsão de vendas de todo o período de 2014 a 2023, em milhares de equipamentos, contando, inclusive, com as vendas de 2014 e 2023, é superior a 200

O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a $\frac{3}{5}$ do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, julgue os itens seguintes:

29. Depois da saída das mulheres, a porcentagem de homens passou a ser superior a 70%

30. A quantidade original de pessoas na reunião é inferior a 360 pessoas.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

31. A remuneração do servidor público não está relacionada com a moralidade administrativa ou com os tributos pagos pelos cidadãos.

32. O Presidente da CEP possui um voto de qualidade, que é decisivo em casos de empate nas deliberações da Comissão.

33. A autoridade pública pode receber brindes distribuídos por entidades em eventos especiais, desde que o valor não ultrapasse R\$ 100,00.

34. As divergências entre autoridades públicas podem ser resolvidas publicamente, especialmente se envolverem questões importantes para a sociedade.

TRANSPARÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

Antônio Daud

Tomando por base o regramento contido na Lei 12.527/2011 e na Lei 13.709/2018, julgue os itens a seguir.

35. O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer sem o consentimento do titular, quando for indispensável para proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.

36. O legítimo interesse do controlador poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, embora não se admita o tratamento de dados fundado no apoio e promoção de atividades do controlador.

37. Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação pública de que necessitar.

38. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações está legalmente autorizada a prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta.

SOCIOAMBIENTAL NO SERVIÇO PÚBLICO

André Rocha

A Política de Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Poder Judiciário foi instituída e disposta pela Resolução CNJ nº 400/2021, considerando especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Sobre a referida norma, julgue os itens 39 e 40.

39. O CNJ deve disponibilizar modelo de Plano de Logística Sustentável (PLS), que deve ser utilizado pelos órgãos do Poder Judiciário.

40. A Comissão Gestora do PLS deve ser presidida por um(a) magistrado(a) e composta por, no mínimo, 5 (cinco) servidores(as) titulares de unidade, abrangendo, necessariamente, as áreas de gestão estratégica, sustentabilidade e compras ou aquisições.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

41. A análise SWOT, uma ferramenta utilizada no planejamento estratégico, considera exclusivamente os fatores internos de uma organização, como forças e fraquezas, e ignora os fatores externos, como oportunidades e ameaças.

42. Na comunicação eficaz, o feedback é considerado um componente opcional e, muitas vezes, pode ser omitido para agilizar o processo de comunicação.

43. Eficiência, eficácia e efetividade são conceitos que se referem à mesma dimensão de avaliação do desempenho organizacional, focando exclusivamente na relação entre recursos utilizados e resultados alcançados.

44. No paradigma pós-burocrático, a ênfase na flexibilidade, na inovação e na responsividade às necessidades dos cidadãos representa uma evolução significativa em relação ao modelo racional-legal, que é caracterizado por uma estrutura mais rígida e formalizada.

45. O governo eletrônico facilita a interação entre cidadãos e o governo, proporcionando maior acesso a informações e serviços públicos de maneira eficiente e acessível através do uso de tecnologias da informação.

NORMAS INSTITUCIONAIS

Arthur Conde

Acerca do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, julgue os itens **46 a 50**.

- 46.** O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- 47.** O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros, com sede em Brasília-DF e seu principal órgão é o Plenário, cuja composição é a totalidade de seus membros, reunindo-se com a presença mínima de onze.
- 48.** A reclamação disciplinar poderá ser proposta contra membros do Poder Judiciário e contra titulares de seus serviços auxiliares, serventias e órgãos. No caso de membros do Poder Judiciário ela será dirigida ao Corregedor Nacional de Justiça e, nos casos envolvendo serventias será distribuída aos Conselheiros, por sorteio.
- 49.** A sindicância é o procedimento investigativo sumário levado a efeito pela Corregedoria Nacional de Justiça, com prazo de conclusão não excedente de sessenta (60) dias, destinado a apurar irregularidades atribuídas a magistrados ou servidores nos serviços judiciais e auxiliares, ou a quaisquer serventuários, nas serventias e nos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, cuja apreciação não se deva dar por inspeção ou correição.
- 50.** Os Conselheiros perderão seus mandatos em virtude de condenação, pelo Senado Federal, em crime de responsabilidade e em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens abaixo.

- 51.** A doutrina constitucional aponta a diferença entre direitos e garantias fundamentais. Os direitos são normas constitucionais de natureza declaratória. As garantias são instrumentos de defesa dos direitos. Nessa linha, *habeas corpus* é uma garantia e a liberdade de locomoção é um direito.
- 52.** O brasileiro nato somente poderá ter declarada a perda de sua nacionalidade mediante pedido expresso perante autoridade brasileira competente e desde que não configure hipótese de apatridia.
- 53.** A defesa do meio ambiente, embora seja um dos princípios constitucionais da ordem social, não interfere na ordem econômica brasileira.
- 54.** Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, a falta de norma regulamentadora sobre imunidade tributária de lojas maçônicas pode ser objeto de mandado de injunção.

Acerca da organização do Estado e do Poder Executivo, analise os itens.

- 55.** Em razão do sistema presidencialista de governo adotado no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Pelo fato de ser Chefe de Estado, possui imunidade formal que impede a sua prisão, salvo se em decorrência de sentença criminal condenatória.
- 56.** Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a lei estadual que disponha sobre porte de arma de fogo, por invadir matéria da competência da União.
- 57.** No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.

A respeito do Poder Judiciário, julgue o item.

- 58. Caso:** O Corregedor Nacional de Justiça, no exercício de atribuição que lhe fora conferida pelo Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça (Resolução 67/2009) requisitou das autoridades fiscal e monetária, no âmbito da União, informações sigilosas a respeito de João da Silva, juiz federal substituto, para apurar, a partir de fundados elementos de suspeita, em procedimento de investigação, suposta venda de sentença. O Banco Central e a Receita Federal do Brasil negaram acesso aos dados, pelo fato de não existir lei complementar que autorize, na hipótese, quebra de sigilo bancário e fiscal e em razão da inexistência de ordem judicial. **Assertiva:** Embora constitucionalmente protegido, o sigilo de dados bancários e fiscais pode ser objeto de conformação regimental (lei em sentido material) devidamente justificada, para atender interesse público, com previsão de hipóteses de transferência de dados no interior da Administração Pública.

A respeito do Poder Legislativo e do Processo Legislativo, julgue os itens.

- 59.** A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.
- 60.** A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Acerca dos atos administrativos, Regime Jurídico dos Servidores Federais, dos poderes administrativos e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens **61 a 64**.

61. A autoexecutoriedade é um atributo dos atos administrativos que confere à administração pública a prerrogativa de executar diretamente suas decisões, sem necessidade de autorização judicial, dependendo de previsão legal expressa ou de emergência.

62. A remoção é o deslocamento do servidor, exclusivamente a pedido e independentemente do interesse da administração, podendo ser deferida quando o fundamento for o deslocamento de seu cônjuge, no interesse da administração.

63. Situação hipotética: o prefeito de uma cidade realizou licitação para contratar empresa para fornecer materiais de escritório para todas as secretarias, interferindo diretamente na escolha da empresa vencedora, mesmo sabendo que outra empresa concorrente oferecia preços mais vantajosos e qualidade superior dos produtos. O prefeito justificou sua ação afirmando que a empresa escolhida é de sua confiança e que os sócios da entidade empresarial contribuiriam financeiramente na sua campanha de reeleição. **Assertiva:** o prefeito incorreu em desvio de finalidade, uma vez que utilizou seu poder para fins diversos daqueles previstos na lei, visando a beneficiar empresa de sua confiança, configurando abuso de poder no exercício da função pública.

64. João atravessou a rua de forma repentina e fora da faixa de pedestres, quando foi atropelado por um veículo oficial do Conselho Nacional de Justiça, que transitava dentro da velocidade permitida pela via. Em razão do acidente, João sofreu graves lesões físicas. O motorista do veículo estava agindo no exercício de suas funções, a serviço da administração federal, e utilizava o veículo oficial de forma regular. Nessa situação, o Estado poderá ser responsabilizada civilmente pelos danos causados ao pedestre, pois o acidente ocorreu durante o exercício regular do serviço público, não havendo excludente de responsabilidade civil estatal aplicável.

Acerca do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, das disposições sobre as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e do regime de improbidade administrativa, julgue os itens **65 a 67**.

65. A concessão de serviços públicos exige a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, devendo satisfazer as condições de atualidade, que compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

66. As pessoas jurídicas de direito privado interessadas em se qualificar como OSCIPs devem requerer a qualificação junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, devendo comprovar o preenchimento dos requisitos legais e cumprir o prazo mínimo de dois anos de existência legal.

67. Considere que João, prefeito de determinado município, tenha sido acusado de praticar atos de improbidade administrativa, desviando recursos públicos para benefício próprio e de terceiros. Antes de recompor os prejuízos causados ao erário, o prefeito veio a falecer. Após o falecimento, é constatado que o prefeito deixou bens em seu nome, incluindo imóveis e veículos, além de valores em contas bancárias. Nesse caso, os herdeiros do agente público falecido não são responsáveis pelos danos causados, uma vez que a responsabilidade civil e administrativa é personalíssima e não se transmite aos sucessores.

Considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999 e da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens **68 a 70**.

68. A decisão coordenada é aquela em que diversos órgãos da administração pública decidem de forma independente sobre um mesmo tema, visando a garantir a celeridade e a eficiência no processo administrativo, sempre que for justificável pela relevância da matéria.

69. Com base no rito procedimental comum, previsto na Lei nº 14.133/2021, a fase de habilitação é realizada após o julgamento, envolvendo apenas o licitante vencedor, podendo, contudo, haver a inversão dessas fases, mediante ato motivado, hipótese em que todos os licitantes participarão da fase de habilitação.

70. A exigência de garantia, nos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021, é decisão discricionária da administração, devendo constar do edital, cabendo ao contratado optar por uma das modalidades previstas na lei, quando assim permitido, podendo até mesmo prestar a garantia em títulos de capitalização.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

71. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.

72. Uma vez extinta a fundação de direito privado, o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no estatuto ou ato constitutivo, será restituído ao fundador, ou seus herdeiros.

73. Uma joia rara exposta à venda na vitrine de uma joalheria considera-se um bem consumível.

74. Luís, 13 anos de idade, sofreu agressão física perpetrada injustamente por Antônio, maior e capaz. Nesse caso, o prazo prescricional para que Luís possa ajuizar a ação de reparação civil inicia-se a partir de quando completar a maioridade.

75. Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.

76. Contrato que tenha por objeto herança de pessoa viva considera-se anulável.

77. Com a morte do usufrutuário, o usufruto se transmite aos seus herdeiros.

78. Não podem casar o adotante com o adotado. Essa proibição não se estende ao casamento do adotante com o ex-cônjuge do adotado, que estão livres para se casar.

79. Pessoa casada pode manter união estável com outra, contanto que se encontre separada de fato ou judicialmente do seu cônjuge.

80. Nascituro não pode se submeter à curatela, e sim à tutela.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

81. À luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item a seguir:

O Tribunal de Justiça não pode ser considerado autoridade coatora quando mero executor de decisão do Conselho Nacional de Justiça.

82. A respeito do mandado de segurança e da competência, julgue o item a seguir, com base no entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

O Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que lhe compete julgar, em caráter originário, o mandado de segurança que impugne deliberação negativa do Conselho Nacional de Justiça.

83. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC), a respeito da teoria geral dos recursos, julgue o item a seguir:

A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.

84. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC) a respeito da tutela provisória, julgue o item a seguir.

No procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o prazo para contestação é de 5 (cinco) dias. Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 30 (trinta) dias.

85. A respeito do litisconsórcio, julgue os itens a seguir, com base no entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

É cabível a denúncia da lide em demanda que busca a declaração de inexigibilidade de débito

86. À luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item a seguir:

Para aplicação do paradigma firmado em sede de recurso repetitivo, é necessário aguardar o trânsito em julgado.

87. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC) a respeito da prática eletrônica dos atos processuais, julgue o item a seguir.

Compete aos tribunais regulamentar a prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico e velar pela compatibilidade dos sistemas, disciplinando a incorporação progressiva de novos avanços tecnológicos e editando, para esse fim, os atos que forem necessários, respeitadas as normas fundamentais deste Código.

88. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC) a respeito da prova testemunhal, julgue o item a seguir.

Os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça são inquiridos em sua residência ou onde exercem sua função.

89. Conforme as disposições do Código de Processo Civil (CPC) a respeito da verificação dos prazos e das penalidades, julgue o item a seguir.

Qualquer parte, o Ministério Público ou a Defensoria Pública poderá representar ao corregedor do tribunal ou ao Conselho Nacional de Justiça contra juiz ou relator que injustificadamente exceder os prazos previstos em lei, regulamento ou regimento interno.

90. À luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgue o item a seguir:

Não há legitimidade dos indivíduos para executar individualmente o Termo firmado por ente público que verse sobre direitos individuais homogêneos.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

91. João, querendo matar Ana, sua ex-mulher, se dirige à residência dessa, efetua disparos contra ela, que estava na cozinha, e foge logo em seguida. Descobre, posteriormente, que na verdade matou Maria, irmã gêmea de Ana, que lhe fazia uma visita.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

Nesse caso João incorreu em erro sobre a pessoa e responderá por homicídio consumado, devendo ser consideradas as características da vítima virtual, a ex-mulher.

92. A respeito da culpabilidade, julgue o item a seguir.

A pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

93. A respeito dos crimes contra a fé pública, julgue o item a seguir.

Na falsificação de documento público, a condição de funcionário público é causa de aumento de pena, ainda que não prevaleça do cargo.

94. Para limitar a eficácia espacial da lei penal, a fim de disciplinar qual lei deverá ser aplicada em cada caso concreto, como regra geral, o Código Penal adotou o princípio da territorialidade

95. A respeito do conflito aparente de normas penais, julgue o item a seguir.

O conflito aparente de normas penais ocorre quando a uma mesma conduta ou fato podem ser aplicadas, em tese, mais de uma norma penal. Como não existe determinação legal específica que regula as situações de conflito aparente de normas penais, a solução deverá ser encontrada através da interpretação, com base nos seguintes princípios especialidade, legalidade e subsidiariedade.

96. Em relação ao concurso de agentes no direito penal, julgue o item a seguir.

Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

97. Carla, foi vítima de agressão praticada por seu companheiro, com quem ela a convivia há mais de trinta anos. A agressão resultou em lesão corporal leve, devidamente comprovada por laudo médico pericial.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Na situação hipotética, eventual ação penal será pública condicionada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

98. Sobre o inquérito policial, julgue o item a seguir:

A inobservância do prazo previsto em lei para a conclusão do inquérito policial com indiciado preso implica a revogação automática da prisão preventiva.

99. Sobre a figura do Juiz das Garantias, julgue o item a seguir:

As normas relativas ao juiz das garantias não são aplicáveis aos processos de competência originária dos tribunais, regidos pela Lei nº 8.038/1990, conforme decidido pelo STF em controle concentrado de constitucionalidade.

100. Situação hipotética: Otávio é psicólogo, e atende a paciente Bruna uma vez por semana, há 06 anos. Em certo momento, Bruna foi denunciada pelo MP pela suposta prática do crime de autoaborto. Otávio, psicólogo de Bruna, foi arrolado pelo MP como testemunha, pois, em tese, teria conhecimento dos fatos narrados na denúncia, já que teriam sido a ele confidenciados por Bruna durante as sessões de terapia.

Assertiva: Nesse caso, Otávio é proibido de depor, mas se autorizado pela parte interessada, deverá depor.

101. Situação hipotética: Bárbara foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Fábio. 08 meses após o fato, mas apenas 04 meses após descobrir ter sido Fábio o autor do crime, Bárbara ofereceu queixa-crime em desfavor do infrator. Durante a tramitação da referida ação penal, porém, Bárbara ofereceu o perdão ao querelado, mediante manifestação nos autos.

Assertiva: Nesse caso, embora não tenha havido decadência, o perdão oferecido por Bárbara ao querelado gerou, automaticamente, a extinção da punibilidade.

102. No que tange ao interrogatório do réu, julgue o item a seguir:

O silêncio, embora seja direito do réu e não constitua confissão, poderá ser interpretado em prejuízo da defesa, já que indica deliberado receio do réu, demonstrativo de sua culpa.

103. Acerca da prisão preventiva, julgue o item a seguir:

Ultrapassado o prazo de 90 dias sem que tenha havido a reavaliação *ex officio* da prisão preventiva decretada, há reconhecimento da ilegalidade automática da prisão, com a consequente liberação do custodiado.

104. Acerca das citações e intimações, julgue o item a seguir:

No caso de réu citado por edital, caso este não compareça nem constitua advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, devendo o período de suspensão do prazo prescricional ficar limitado ao tempo de prescrição calculado com base na pena máxima cominada ao delito.

DIREITO HUMANOS

Géssica Ehle

A respeito da teoria geral dos Direitos Humanos, Direitos Humanos na CF/88 e a proteção conferida aos grupos vulneráveis, julgue os itens a seguir.

- 105.** Para a teoria jusnaturalista, os direitos humanos decorrem diretamente de valores morais da coletividade humana.
- 106.** Os direitos trabalhistas não se incluem entre os direitos humanos, pois se restringem ao conceito de direitos fundamentais, junto à categorização dos direitos sociais.
- 107.** Não há direito humano absoluto, ou seja, todos os direitos são relativos; nem mesmo o direito à vida é absoluto.
- 108.** Um tratado internacional sobre Direito Tributário poderá assumir o mesmo “status” que um tratado sobre direitos da pessoa idosa quando internalizados, de lei ordinária, supralegal, ou equivalente à Emenda Constitucional.
- 109.** Diante da tutela conferida aos remanescentes das comunidades de quilombos é correto afirmar que no Brasil utiliza-se do critério da autoidentificação associado à avaliação antropológica.
- 110.** Os Princípios de Yogyakarta dispõem sobre a aplicação do direito internacional dos direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero e proíbem, expressamente, a imposição de pena de morte por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero.

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Paulo Sousa

De acordo com a Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), julgue os itens **111 a 114**

- 111.** É indispensável o habite-se expedido pela prefeitura municipal para a averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de 5 (cinco) anos em área ocupada predominantemente por população de baixa renda, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.
- 112.** É competente para a inscrição da opção de nacionalidade o cartório da residência do optante, ou de seus pais. Se forem residentes no estrangeiro, far-se-á o registro no Distrito Federal.
- 113.** Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro, informando ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.
- 114.** Além dos casos expressamente consignados, os oficiais são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem, causarem aos interessados no registro, independente de culpa ou dolo

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Tiago Zanolla

- 115.** Conforme a Resolução CNJ n .543/2024, os Tribunais de Justiça dos Estados devem implementar o Programa Novos Caminhos/CNJ sem a necessidade de acordos de cooperação técnica.

116. O Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), realiza pelo menos duas reuniões nacionais por ano.

117. O presidente do Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos Povos Indígenas (Fonepi), pode ser qualquer membro do governo ou da administração pública.

118. Conforme a Resolução CNJ n. 288/2019, o CNJ e os tribunais articular-se-ão com o Poder Executivo, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, com a Ordem dos Advogados do Brasil e com os demais órgãos e entidades envolvidas com execução penal e política de alternativas penais, incluída a sociedade civil, com o objetivo de assegurar a ação integrada no fomento à aplicação das alternativas penais, com enfoque punitivo, em substituição à privação de liberdade.

119. Segundo a Resolução CNJ n. 520/2023, em ações civis públicas que visam garantir direitos difusos e coletivos de pessoas idosas, o prazo recomendado para a tramitação do processo no 1º grau é de até 24 meses.

120. Conforme a Resolução CNJ n. 113/12010, a certificação da expedição da guia de recolhimento provisória ocorre fora dos autos do processo criminal.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
